

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 06 de maio de 2019 às 08h06*  
*Seleção de Notícias*

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

Pirataria

**Como grandes blockbusters e séries de TV movimentam o mercado da pirataria? . . . . . 3**

## Monitor Mercantil Digital online | RJ

03 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

**Projeto de Lei contra pirataria mira no falsificador, diz especialista . . . . . 5**

## Convergência Digital | BR

03 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

**Um ano depois, GDPR mostra que adequação à LGPD é obrigatória . . . . . 7**

## Como grandes blockbusters e séries de TV movimentam o mercado da pirataria?

Por Vitor Valencio (@vitorvalencio) Nas últimas semanas dois dos lançamentos mais aguardados dos últimos tempos dominaram os cinemas, a televisão e a internet. O filme 'Vingadores: Ultimato' e a última temporada da série 'Game of Thrones' tem movimentado conversas, grupos de mensagens, o mercado publicitário e a indústria da pirataria. Mas afinal, que vantagem Maria leva? O que os cyber criminosos ganham ao disponibilizar um conteúdo tão caro, assim gratuitamente? Grandes produções acostumadas a quebrar recordes de audiência, merchandising, promoção e... **pirataria**. Apenas o primeiro episódio de 'Game of Thrones' foi visto ilegalmente mais de 55 milhões de vezes. Apenas nas primeiras 24 horas após o lançamento. Para muitos, a maior produção da história da televisão é um retrato da disposição enfrentar a lei e o mercado para ter acesso ao conteúdo mais badalado do momento. De acordo com um levantamento do Kaspersky Lab, mais de 12% desse conteúdo foi baixado via downloads diretos.

Outros 11% seriam fruto de envios de arquivos via torrents. De acordo com a análise do laboratório de segurança virtual, os filmes ilegais e downloads seriais são frequentemente usados como disseminadores de malware. Fãs de produções com grande apelo popular, como a série da HBO, correm um risco ainda maior: em 2018, a série foi responsável por 17% de todo o conteúdo pirata infectado em todo o mundo, com 20.934 usuários atacados. Segundo Thiago Marques, analista de segurança da Kaspersky Lab, o relatório "mostra claramente que os distribuidores de malware exploram programas de TV com alta demanda em sites pirateados: em geral, são dramas ou séries de ação promovidos ativamente. Os primeiros e últimos epi-

sódios, que atraem o maior número de espectadores, provavelmente estarão em maior risco de falsificação maliciosa. Os fraudadores online tendem a explorar a lealdade e a impaciência das pessoas, portanto podem prometer material novo para download que, na verdade, é uma ameaça cibernética", alerta o especialista.

O especialista continua: "Como a última temporada de Game of Thrones já começou, gostaríamos de alertar os usuários de que é altamente provável que haja um aumento na quantidade de malware disfarçado de novos episódios desse programa", finaliza. Por outro lado, o mês de abril mostrou que os filmes de super-heróis ficaram no ranking dos top 10 mais pirateados da Torrent Freak, publicação dedicada a trazer as últimas notícias sobre direitos autorais e privacidade. Parte dessa "demanda", gerada pelo lançamento do último da Marvel, 'Vingadores: Ultimato'. As pessoas querem se atualizar, relembrar momentos da franquia. Mas no lugar de pagar serviços que disponibilizem os filmes, preferem o download ilegal. Um argumento comum é o preço elevado desse tipo de serviço, cada vez mais descentralizado e caro. Outras justificativas seriam de que o conteúdo não estaria disponível em todos os mercados ou até mesmo, que a qualidade do streaming é ruim e não justificaria o investimento.

Um ponto de alerta importante a ser levado em consideração pelas empresas, diante da luta contra a pirataria. Você concorda? Entre os arquivos mais compartilhados, estão: Aquaman, Capitã Marvel, Liga da Justiça: Os Cinco Fatais, Homem-Aranha: No Aranhaverso e Shazam. Esses downloads piratas reforçam não só o interesse dos usuários nesse tipo de filme, mas também dos cibercriminosos, que se aproveitam da paixão dos fãs para enganá-los.

Continuação: Como grandes blockbusters e séries de TV movimentam o mercado da pirataria?

"Identificamos mais de 5 milhões de ataques de criptominers nos primeiros 9 meses de 2018, sendo software e conteúdo pirata o grande vetor de ataque", afirma Fabio Assolini, analista sênior de segurança da Kaspersky Lab. "O pior é que muitas pessoas conhecem os riscos, mas ignoram os conceitos básicos de segurança, tanto que o download ilegal de programas e conteúdos sustentou o que foi a maior his-

tória de ciberameaça do ano passado: o crescimento da mineração mal-intencionada de criptomoedas.

De acordo com uma pesquisa realizada por nós, em parceria com a Corpa, 41% dos brasileiros admitiram ter desativado uma ou mais vezes a solução de segurança do PC ou celular porque ela bloqueou o download de um app", alerta o especialista.

## Projeto de Lei contra pirataria mira no falsificador, diz especialista

Siga o Monitor no [twitter.com/sigaomonitor](https://twitter.com/sigaomonitor)

Com foco no combate à pirataria, projetos que tramitam no Congresso Nacional pretendem tornar a proteção da **propriedade** intelectual no Brasil mais eficaz. Um deles é o Projeto de Lei 333/1999, que está discussão no Legislativo há quase 20 anos.

A matéria pretende aumentar as penas para crimes relacionados à pirataria. De acordo com apoiadores do PL, apesar de buscar o fim dessa prática ilegal, a proposta não visa a punir ou prender camelôs e pequenos comerciantes. Segundo o advogado Fernando Müller, vice-presidente da Comissão de Direito da Inovação, **Propriedade** Intelectual e Combate à Pirataria da OAB/SC, explica que o foco da proposta é outro.

"O objetivo do aumento das penas é atingir efetivamente quem tem da pirataria uma atividade exclusiva e dedicada. O pequeno comerciante, ambulante e camelô só vendem esse produto porque chegam para ele com muita facilidade", enfatiza Müller.

"Nós temos é que impedir que chegue para ele esse tipo de produto, aí ele vai se dedicar a vender os produtos que podem ser vendidos, fazer as vendas com produtos que têm origem e sejam regularizados", completa o especialista.

O deputado federal Vitor Lippi (PSDB-SP) acredita que o PL deve ser aprovado para "tornar o sistema mais justo, mais honesto e adequado, dentro da legalidade". Segundo ele, é importante combater a pirataria e reduzir a impunidade para quem pratica esse crime.

"Nós vemos que essa é uma forma importante de proteger a propriedade intelectual, industrial e as patentes, porque a pirataria acaba sendo uma forma

muito prejudicial para aqueles que investem, para aqueles que têm os melhores produtos, para aqueles que estão dando emprego, que estão pagando os tributos", analisa o parlamentar.

"Se você não punir, você acaba prejudicando as empresas que estão trabalhando de uma forma correta. Então, nós entendemos que isso é muito importante para que os investidores e as empresas tenham a segurança de investir no Brasil", ressalta.

O projeto já foi aprovado na Câmara e no Senado, mas aguarda nova votação no Plenário da Câmara, já que sofreu alterações no texto por parte dos senadores.

O Projeto de Lei 333/1999 tem como ponto central o aumento da pena para quem comete crime de pirataria. Atualmente, é prevista a pena de 3 meses a um ano de detenção. Pela legislação atual, os crimes de falsificação também remetem penas alternativas, como pagamento de cestas básicas.

Se a nova lei for aprovada, a pena pode subir para dois a quatro anos de reclusão, em caso de crimes como os cometidos contra patente de invenção ou de modelo e contra o registro de marca.

O aumento da pena proposto no PL 333/99 torna o crime de pirataria de maior potencial ofensivo, ou seja, mais grave. Logo, essa medida retira os delitos da jurisdição dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e os leva para a Justiça Comum, o que facilitará a finalização total do processo, desde a abertura até o cumprimento da pena.

"O que se pretende é um endurecimento da pena que resulta, ao mesmo tempo, em um endurecimento do processo em si, na medida em que a análise dos crimes sairá do juizado especial justamente para permitir uma persecução criminal mais eficaz", afirma o

Continuação: Projeto de Lei contra pirataria mira no falsificador, diz especialista

advogado Guilherme Doval, que atua em casos de crime de pirataria.

O jurista destaca ainda que o julgamento de casos relacionados à pirataria no Juizado Especial gera uma incompatibilidade, uma vez que a identificação desses delitos necessita de um trabalho técnico com perícia especializada.

"A complexidade existe porque a pirataria é um braço do crime organizado. E, de fato, fazer uma persecução criminal de crime organizado dentro do Juizado Especial não é a forma mais adequada", ressalta o jurista.

O projeto já foi aprovado na Câmara e no Senado e aguarda entrar na pauta para ser votado no Plenário da Câmara.

**Prejuízos bilionários** - De acordo com os dados mais recentes do Fórum Nacional Contra a Pirataria, o setor de vestuário perdeu R\$ 58,4 bilhões devido às práticas do mercado ilegal. Os dados levaram profissionais que atuam na área a defenderem a aprovação do PL.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção, Fernando Pimentel, as mudanças na legislação são necessárias para que o cenário econômico do setor não seja ainda mais pre-

judicado.

"Esse projeto tem o objetivo de pegar grandes estruturas que destroem a qualidade daquilo que é desenvolvido no nosso país e no mundo. Portanto, não haverá espaço para termos empregos de qualidade se não tivermos negócios formais e que respeitem o direito, respeitem a propriedade intelectual e que respeitem as marcas", afirma.

Segundo Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a proposta também deixa clara a ideia de oferecer uma maior segurança jurídica a quem realmente tem marcas efetivas.

"A propriedade intelectual é algo que custa muito caro para ser desenvolvida e, portanto, deve-se ter respeito e segurança jurídica porque, do contrário, não tendo essa ação efetiva, o que vai acabar acontecendo é que existirá um menor interesse de investimentos no país de colocação de outras marcas aqui no Brasil. Isso é importante no contexto da segurança jurídica do país", avalia.

Agência do Rádio Mais

Siga o Monitor no [twitter.com/sigaomonitor](https://twitter.com/sigaomonitor)

## Um ano depois, GDPR mostra que adequação à LGPD é obrigatória

A nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vem sendo calorosamente debatida e os especialistas no assunto insistem em alertar ao público de que as consequências da não adequação antes de sua entrada em vigor, em 2020, podem ser desastrosas para a imagem e as finanças da empresa.

Ainda assim, há muitos céticos e desavisados que seguem defendendo que a lei não vai pegar, ou que só empresas como Google e Facebook estariam na mira da autoridade supervisora, ou, ainda, que há tempo suficiente para adotar as medidas necessárias para a adequação.

Existem, por outro lado, aqueles que já entenderam tanto a importância como a complexidade do trabalho de conformidade à LGPD, que se encontram atordoados com o assunto e sem saber para onde direcionar energia, tempo e dinheiro. E aqui conseguimos constatar o lado bom de o Brasil estar na retaguarda dos países com legislação específica de proteção de dados.

Com outras leis estrangeiras anteriores abordando o mesmo assunto, podemos ter uma base para prever o possível cenário brasileiro quando da entrada da LGPD em vigor. Prestes a completar, no dia 25 de maio, seu 1º ano de vigência, a General Data Protection Regulation da União Europeia (GDPR) já traz números que podem inspirar o mercado brasileiro, tanto no sentido de ajudar a focar esforços para o que parece ser mais urgente, como de conscientizar os tomadores de decisões dentro das empresas da necessidade de adequar as suas atividades de tratamento de dados pessoais.

Vale lembrar que a GDPR é hoje o standard mundial em matéria de proteção de dados e é o documento legal que embasou a nossa LGPD, sendo bastante útil entender os seus desdobramentos. No dia 26 de fevereiro foi publicado o relatório anual das atividades

do European Data Protection Board (EDPB), que tem como principal função garantir que as decisões das autoridades supervisoras de proteção de dados dos países da União Europeia sejam uniformes.

Dos 206.326 casos tratados pelas autoridades supervisoras de maio de 2018 até janeiro de 2019, a maioria, 94.622, foram originados por reclamações de titulares de dados pessoais e 64.684 foram originados por notificações de incidentes de segurança da informação. O restante trata de outras atividades conduzidas pelas autoridades, como consultas gerais. Dos casos tratados pelas autoridades, 52% já foram solucionados e apenas 1% deles foram levados para o Judiciário.

As medidas de correção aplicadas foram avisos para controladores e operadores quando verificada uma possibilidade de violação à GDPR; advertências para controladores e operadores quando verificada uma efetiva violação à GDPR; ordem para que controladores e operadores cumpram com pedidos dos titulares de dados pessoais ou adequem suas operações de tratamento de dados; e multa (total de EUR 55.955.871).

Além do relatório do EDPB, trazem também números interessantes os relatórios das autoridades supervisoras já publicados da Holanda e da Irlanda. Pelo relatório holandês, que trata do período de 25 de maio a 25 de novembro de 2018, a autoridade recebeu 9.661 reclamações de titulares de dados pessoais, sendo:

32%

Violações a direitos de titulares, como direito de acesso e direito a eliminação de dados pessoais

15%

Continuação: Um ano depois, GDPR mostra que adequação à LGPD é obrigatória

Dados coletados em excesso para determinada finalidade

107

12%

Phishing

72

Compartilhamento indevido de dados pessoais (sem Informação, consentimento ou contra a vontade dos titulares)

Equipamentos perdidos ou roubados

32

9%

Malware

Marketing direto

30

7%

Uso inapropriado de papeis

Vazamento de dados não notificado

Por fim, foi publicada uma decisão interessante da autoridade supervisora polonesa, que condenou uma empresa de marketing digital que não cumpriu com obrigações relacionadas ao atendimento dos direitos de titulares ao pagamento de multa no valor de EUR 220 mil e à incumbência de contatar por carta registrada os quase 6 milhões de titulares de dados pessoais afetados, a um custo estimado de EUR 8 milhões.

6%

Uso abusivo/ indevido de câmeras de seguranças

Assim sendo, os trabalhos para organização de dados pessoais para o pronto atendimento aos direitos de titulares previstos no art. 18 da LGPD (incluindo, dentre outros, acesso, correção, eliminação e portabilidade) deverão ser priorizados, assim como as medidas para evitar incidentes de segurança da informação. Com relação a esse último ponto, considerando que a maior parte dos incidentes ocorre por conta de revelações não autorizadas, é importantíssimo realizar treinamentos constantes de segurança da informação para a incorporação da cultura de proteção de dados nas empresas.

Outros

Cookies, dados de crianças, dados sensíveis, etc.

Pelo relatório irlandês, que trata do período de 25 de maio a 31 de dezembro de 2018, a autoridade recebeu 2.864 reclamações de titulares de dados pessoais, sendo também a maioria a respeito de violação de direitos de acesso de titulares de dados pessoais. Tal relatório também descreve a natureza dos 3.687 incidentes de segurança da informação notificados:

3134

Revelação não autorizada

196

Papeis roubados ou perdidos

116

Hacking

Dessa forma, com base nos relatórios europeus, conseguimos ter uma ideia de como o mercado brasileiro deverá comportar-se no início da vigência da LGPD. As empresas que não se adequarem, além dos efeitos imediatos de perda de contratos, abalos na reputação



Continuação: Um ano depois, GDPR mostra que adequação à LGPD é obrigatória

e desvantagem competitiva, estarão sujeitas às duras penalidades administrativas e judiciais.

Por Luiza Sato \*

\* **Luiza Sato**, sócia conselheira do ASBZ Advogados, responsável pelas áreas de Proteção de Dados, Direito Digital e **Propriedade** Intelectual

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3

**Pirataria**

3

**Patentes**

3

**Propriedade Intelectual**

5, 7